

# Reflexões sobre a prática da pesquisa crítica em contabilidade no Brasil: uma nota autobiográfica

Paulo Frederico Homero Junior

<https://orcid.org/0000-0002-5219-5175>

## Resumo

**Objetivo:** O objetivo deste artigo é apresentar reflexões sobre a prática da pesquisa crítica em contabilidade no Brasil, a partir de uma narrativa autobiográfica sobre os processos que levaram à constituição de meu *habitus* como pesquisador crítico.

**Método:** Tendo por base teórica os conceitos de *habitus* e campo científico, desenvolvo uma narrativa autobiográfica sobre minha trajetória acadêmica, durante a qual tenho buscado desenvolver uma agenda de pesquisas críticas em contabilidade no Brasil.

**Resultados:** Argumento que a rejeição epistemológica ao objetivismo e o comprometimento axiológico com alguma noção de justiça social são características definidoras da pesquisa crítica. Além disso, aponto mecanismos de vigilância que, em minha percepção, contribuem para a manutenção da hegemonia do *mainstream* na pesquisa contábil brasileira: um acordo tácito pelo qual abordagens interpretativas e críticas limitam-se a temas periféricos no campo; um discurso que associa o emprego de métodos quantitativos a competência e de métodos qualitativos a incompetência dos(as) pesquisadores(as); e a possibilidade de conversão de capital simbólico, acumulado na forma de prestígio no campo acadêmico, em capital econômico obtido por meio de atividades de consultoria. Também discuto algumas fragilidades que identifico na incipiente comunidade de pesquisadores(as) crítico(as) brasileira, tais como a falta de disposição para confrontar o *mainstream*, a baixa receptividade à crítica de si mesma e a falta de contato prévio com os referenciais teóricos comumente empregados na pesquisa crítica.

**Contribuições:** Além de discutir os pressupostos que caracterizam a pesquisa crítica em contabilidade, o artigo contribui para a compreensão do funcionamento da comunidade de pesquisadores(as) críticos(as) em contabilidade no Brasil e aponta desafios que essa comunidade enfrenta para estabelecer sua relevância no campo acadêmico brasileiro. Metodologicamente, o artigo contribui para o avanço do emprego de autobiografias na pesquisa contábil brasileira.

**Palavras-chave:** Autobiografia. Pesquisa contábil. Pesquisa crítica. Trajetória acadêmica.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 5/1/2021. Pedido de Revisão em 3/4/2021. Resubmetido em 16/5/2021. Aceito em 18/5/2021 por Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima (Editor). Publicado em 30/6/2021. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

## 1. Introdução

Embora ainda incipientes na pesquisa contábil brasileira, nos últimos anos o emprego de abordagens críticas e interpretativas vem ganhando maior espaço em eventos e periódicos, e uma comunidade de pesquisadores(as) adeptos(as) dessas abordagens começa a se consolidar. Desde o início de minha trajetória no campo acadêmico da contabilidade, no começo da década de 2010, tenho buscado desenvolver uma agenda de pesquisas críticas. Neste artigo, apresento um relato autobiográfico a fim de refletir sobre os processos que levaram à constituição do meu *habitus* como pesquisador crítico e discuto os pressupostos da pesquisa crítica, contribuindo para a compreensão do funcionamento da comunidade de pesquisadores(as) críticos(as) em contabilidade no Brasil e apontando desafios que essa comunidade enfrenta para estabelecer sua relevância no campo acadêmico brasileiro.

Andrew, Cooper, e Gendron (2021) afirmam que a adoção de uma abordagem de pesquisa crítica permite que os(as) pesquisadores(as) contestem as premissas da prática contábil, envolvam-se diretamente com questões de igualdade, justiça e democracia e explorem os impactos das práticas contábeis sobre pessoas, organizações e instituições. Além disso, os autores sustentam que a pesquisa crítica em contabilidade também contribui para o enriquecimento da disciplina por meio das conexões significativas que os(as) pesquisadores(as) críticos(as) frequentemente estabelecem entre as universidades e a comunidade externa, bem como pelo auxílio que suas perspectivas teóricas diversas proveem ao desenvolvimento de uma aprendizagem profunda por partes dos(as) estudantes, instigando-os(as) a refletir, criticar e desafiar ideias estabelecidas.

Narrativas autobiográficas, por sua vez, oferecem um meio importante para compreender e interpretar a construção de identidades (Haynes, 2006), possibilitam acesso facilitado a fontes de dados primárias, têm estilo mais atrativo do que a escrita acadêmica tradicional e são veículos que encorajam a autorreflexão tanto de pesquisadores(as) quanto de leitores(as) (Malsch & Tessier, 2015). A maior parte do período abrangido por esta narrativa remonta à época em que fui estudante de pós-graduação. Dentre diversas possibilidades, as experiências de pós-graduandos(as) em contabilidade já se mostraram relevantes como objeto de estudo para compreender a condução dos processos de pesquisa e de construção de teoria (Chua, 1986b), a influência de diferentes contextos institucionais sobre a natureza e o conteúdo da teorização contábil (Panozzo, 1997), a construção de identidades individuais e de uma comunidade epistêmica de pesquisa crítica (Kaidonis, 2009), a reprodução da hierarquia social do campo acadêmico (Fogarty, 2011), a presença feminina no campo acadêmico da contabilidade no Brasil (Casa Nova, 2012) e a construção das identidades docentes de mulheres (Nganga, 2019).

Na sequência do artigo, apresento, na seção 2, os conceitos de *habitus* e de campo científico, tais quais formulados por Pierre Bourdieu, que servirão de base teórica às reflexões apresentadas nas seções posteriores. Na seção 3, relato o início de minha trajetória no campo acadêmico e como se deram meus primeiros contatos com a pesquisa crítica em contabilidade. Na seção 4, discuto os pressupostos da pesquisa crítica e elenco os principais desafios que identifico para a consolidação da pesquisa crítica em contabilidade no Brasil. Na seção 5, reflito sobre minha atuação como pesquisador crítico, e a seção 6 é dedicada a minhas considerações finais.

## 2. *Habitus* e Campo Científico

Os conceitos de campo e *habitus* fazem parte do referencial teórico desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu a fim de investigar as práticas sociais. Um campo, na visão de Bourdieu,

pode ser descrito como uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente, em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (*situs*) presente e potencial na estrutura da distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda acesso aos ganhos específicos em disputa no campo, bem como por sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 97, tradução nossa).

O conceito de *habitus*, por sua vez, descreve os diferentes sistemas de disposições que um(a) agente adquire pela internalização das condições econômicas e sociais que sua posição em um campo lhe impõem e que durante sua trajetória nesse campo encontram oportunidades mais ou menos favoráveis para se atualizarem (Bourdieu & Wacquant, 1992). Sendo um produto da história, o *habitus*

assegura a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, mais seguramente do que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo (BOURDIEU, 1980, p. 91, tradução nossa).

Assim, o *habitus* é um modo de teorizar as ações sociais como produtos de um senso prático que é socialmente constituído. Opondo-se a noções de agência racional, esse senso prático “não é tanto um estado da mente mas um estado do corpo, um estado de ser (Thompson, 1991, p. 13, tradução nossa). Portanto, ele provê uma explicação sobre como a estrutura, da qual o *habitus* é um produto, governa as práticas por meio da imposição de limites e restrições a comportamentos considerados razoáveis e de bom senso. Nesse sentido, ao utilizar o termo *habitus*, em vez de **hábito**, Bourdieu busca enfatizar seu caráter generativo, e não meramente reprodutivo. O *habitus* é, segundo o autor,

um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objectiva dos condicionamentos mas fazendo-a sofrer uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não podemos passar simples e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (Bourdieu, 2003, p. 140).

O *habitus* inculcado no(a) agente pelas condições objetivas da posição que ele(a) ocupa em determinado campo gera aspirações e práticas objetivamente compatíveis com essas condições, excluindo as práticas mais improváveis – seja totalmente sem exame, tornando-as impensáveis; ou seja, ao custo de uma dupla negação que os(as) inclina a fazerem da necessidade uma virtude, recusando o que lhes é recusado e amando o inevitável (Bourdieu, 1977).

Ao analisar o campo acadêmico francês do final dos anos 1960, Bourdieu (1984) aponta a prevalência de uma oposição entre dois tipos de capital: o poder universitário, baseado no acúmulo de posições hierárquicas na burocracia universitária; e o prestígio científico, originário dos investimentos bem-sucedidos em atividades de pesquisa. Quanto ao campo científico, por sua vez, Bourdieu (1984) identifica dois componentes do capital que nele se disputa: a **autoridade científica estrita**, que se baseia no reconhecimento dos pares pela competência no encontro de soluções tidas como legítimas a problemas também considerados legítimos no campo em questão, e a **autoridade social em matéria de ciência**, que é parcialmente independente da autoridade científica estrita, sendo delegada por alguma instituição.

Nas disputas pela legitimidade científica, agentes em posição dominante no campo tendem a adotar estratégias de conservação que visam perpetuar a ordem científica estabelecida, buscando controlar as instituições de ensino que, por meio da inculcação de sistemas generativos de percepção, apreciação e ação, reproduzem o *habitus* científico corrente, assim orientando a escolha de objetos de investigação, a solução de problemas científicos e a avaliação dessas soluções (Bourdieu, 1976). Tais processos de socialização são uma condição de admissão ao campo científico, que

como o ingresso em um jogo, pressupõe uma *metamorfose* do ingressante, ou melhor ainda, uma espécie de *metanoia* marcada em particular por um agrupamento de crenças e de modos de pensamento e linguagem, que é o correlato de uma aderência tácita às apostas e regras do jogo (Bourdieu, 1991, p. 8, tradução nossa).

Uma vez admitidos no campo científico, ingressantes que almejem posições de domínio podem adotar **estratégias de sucessão**, que visam assegurar os ganhos prometidos a quem segue o ideal estabelecido de excelência científica, tomando parte no ciclo de troca de reconhecimento pelo qual a autoridade científica é transmitida entre gerações; ou podem adotar **estratégias de subversão**, que permitem iniciar a acumulação de autoridade científica sem conceder uma contraparte aos agentes que ocupam posições dominantes no campo, negando-lhes reconhecimento. Estratégias de subversão demandam um maior investimento em preparo científico, apresentando um maior risco de insucesso e privando quem as adota do acesso, no curto prazo, aos ganhos disponíveis no campo científico. Por isso, tendem a ser adotadas por indivíduos com maior disposição subversiva também em relação à ordem social vigente (Bourdieu, 1976).

Todavia, a distinção entre estratégias de conservação e de subversão tende a diminuir conforme cresça a autonomia do campo científico, já que a aquisição do preparo necessário para promover rupturas passa a depender de um engajamento com o próprio campo. A capacidade de ruptura acaba se tornando, ela própria, uma fonte de prestígio, e a busca pela verdade passa a prevalecer sobre a afirmação da verdade dos interesses de cada indivíduo. Bourdieu (1976) sustenta ainda que as ciências sociais enfrentam obstáculos maiores para sua autonomização, pois têm por objetivo a representação legítima do mundo social, que também é objeto de disputa no âmbito político. Assim, em vez de campos científicos, as ciências sociais são propensas a se tornarem campos produtores de discursos eruditos, caracterizando-se por uma estratégia de falsa ruptura que se vale de jargão erudito para reafirmar o senso comum.

### 3. Meu Encontro com a Pesquisa Crítica em Contabilidade

Minha trajetória na área contábil começou por acaso. Após concluir o Ensino Médio, decidi ingressar em um curso técnico e, entre as opções disponíveis na escola mais próxima de minha residência, acabei optando pelo curso de contabilidade. Desde os primeiros momentos, sempre tive facilidade com a disciplina, apesar de considerá-la um tanto trabalhosa, e já àquela época eu percebia na contabilidade uma importante ferramenta para melhor compreender o funcionamento do sistema capitalista. Anos mais tarde, ao ler Bryer (2006), Chiapello (2007) e Oguri (2005), dentre outros, pude constatar que havia fundamentos para aquelas minhas impressões iniciais.

Após concluir o curso técnico, ingressei na graduação em Ciências Contábeis e, embora ao longo do curso eu tenha mantido meu interesse pela contabilidade, incomodava-me o caráter marcadamente instrumental de seu ensino: havia muita ênfase no *como* fazer, mas pouco se discutiam os porquês. Ao contrário das disciplinas de administração e de economia, nas quais estudávamos Taylor, Fayol, Weber, Marx, Keynes, Friedman, etc., em contabilidade nossas referências eram a Lei n.º 6.404/1976, a Lei n.º 4.320/1964, o Regulamento do Imposto de Renda, as instruções da CVM, as resoluções do CFC. Porém, por meio de Hendriksen e Van Breda (2007) descobri que, embora não os discutíssemos, havia fundamentos teóricos para as técnicas contábeis que aprendíamos. Para me aprofundar no estudo desses fundamentos, passei a alimentar o desejo de seguir uma carreira acadêmica – desejo que cresceu durante minha breve passagem por uma firma de auditoria após o final da graduação, onde eu me sentia envolvido em uma constante encenação entre clientes, patrões, chefes e colegas, sem liberdade para expressar abertamente meus pontos de vista.

O início do mestrado foi um período bastante gratificante. A mudança para outro estado, a adaptação ao ritmo alucinante de leituras, as aulas ministradas por “figurões” da área, tudo isso contribuiu para uma sensação de deslumbramento que me acompanhou durante um bom tempo. Ainda assim, não demorou para eu constatar que, embora houvesse uma maior profundidade, não havia diversidade de pensamento no programa que eu frequentava. E, para aumentar minha frustração, comecei a perceber que o caráter instrumental do ensino contábil, algo que sempre me incomodou, fazia-se também presente mediante os resquícios daquilo que eu passei a chamar de “*iobismo*”. Conforme relata Martins (2012),

Desde o começo do programa de pós-graduação até 1988, não existiam periódicos científicos no Brasil específicos para contabilidade, sendo os textos contábeis publicados em periódicos genéricos [...]. Dentre esses, a publicação mais importante desse período (segundo mencionado inclusive por diversos entrevistados), em que muitos autores publicavam, especialmente na área de contabilidade financeira, era o Boletim IOB, totalmente voltado a profissionais. [...]

Não havia a preocupação de se ter uma publicação científica, era publicado aquilo que era considerado importante para a profissão em um dado momento e que tivesse impacto na vida profissional. (p. 198).

Como consequência do *habitus* forjado pelo *iobismo*, eu percebia que não havia espaço no programa para questionamentos às alegações de conhecimento da profissão contábil. Pelo contrário, prevalecia um intuito de “promover a contabilidade”, que se traduzia na constante reafirmação dos discursos oriundos do campo profissional, especialmente dos normatizadores. Comecei meu mestrado em 2011, logo após a convergência *de jure* às *International Financial Reporting Standards* (IFRS) no Brasil ter sido concluída, e minha expectativa ao ingressar no curso era de encontrar um espaço propício à reflexão sobre esse processo, à discussão de seus prós e contras. Todavia, deparei-me com um contexto no qual muitas vezes me senti participando de um culto das “Testemunhas do Iasb”, tamanho era o dogmatismo com que as IFRS eram promovidas.

Mais tarde, ao tomar contato com o referencial bourdieusiano, concluí que o principal problema do programa que eu frequentava – e que, devido a seu papel central na constituição do campo acadêmico da contabilidade no Brasil, afeta esse campo como um todo – é a falta de autonomia em relação ao campo profissional. Os agentes em posição de maior destaque levam uma “vida dupla”, conciliando suas carreiras acadêmicas com a atuação profissional como consultores, pareceristas, membros de diretorias, de conselhos de administração, de conselhos fiscais, de comitês de auditoria, normatizadores, reguladores, etc. Com isso, esses agentes possuem um *habitus* de “vendedores de contabilidade” que se reflete em sua produção acadêmica, fazendo do campo acadêmico da contabilidade no Brasil um campo produtor de discursos eruditos, tal qual definido por Bourdieu (1976).

Embora à época do mestrado eu ainda não houvesse elaborado essa interpretação teórica, meu senso prático me levou a procurar manter discrição, sem alardear muito o que eu estava fazendo quando decidi investigar, em minha dissertação, uma questão que despertava minha curiosidade desde meus contatos iniciais com a contabilidade: poderia ela ser útil não apenas ao capital, mas também aos trabalhadores? E foi a partir da identificação de referências sobre esse tema na *Accounting, Organizations and Society* (AOS) e na *Critical Perspectives on Accounting* (CPA) que iniciei meus contatos com a pesquisa crítica em contabilidade. Lembro-me de Burchell et al. (1980) e de Ogden e Bougen (1985) como as primeiras referências que “explodiram minha mente”, mostrando-me que a contabilidade poderia ser interpretada como uma possível causa de problemas, e não apenas como solução. Young (2006), que analisa a construção histórica da figura do usuário das demonstrações financeiras como uma maneira de justificar a normatização contábil e, com isso, questiona frontalmente uma das principais alegações de conhecimento da profissão, serve até hoje como o parâmetro que utilizo para definir o que pretendo fazer como pesquisador.

Curiosamente, quando comecei a expor as ideias com as quais eu vinha tendo contato, a censura com que me deparei partia mais de colegas do que de professores. Enquanto muitos(as) colegas alertavam-me que aquilo tudo era “muito radical” e que eu “nunca conseguiria publicar algo do tipo”, por parte de professores eu jamais encontrei qualquer tipo de restrição ao que eu estava fazendo durante o mestrado – a impressão que eu tinha era de que eles não compreendiam muito bem o que eu propunha, mas que também não se incomodavam com aquilo. Com base apenas em minhas memórias, é difícil especular sobre os motivos das atitudes de meus(minhas) colegas, mas minha principal conjectura é de que os indícios de que eu adotaria estratégias de ruptura eram percebidos como uma ameaça por eles(as), também ingressantes no campo acadêmico e que, por adotarem estratégias de sucessão, mostravam-se ciosos(as) da preservação da ordem estabelecida. Já por parte dos professores, que ocupavam posições de domínio no campo, talvez eu fosse visto meramente como um indivíduo exótico.

Contudo, ao final do mestrado, e principalmente no início do doutorado, notei uma mudança no *zeitgeist* do programa – ou talvez eu apenas tenha tomado maior consciência das disputas simbólicas que ali se desenrolavam. Minha interpretação é de que historicamente havia uma divisão de tarefas entre professores(as) “de mercado” e “acadêmicos(as)”: os(as) primeiros(as) haviam construído a reputação do departamento, e dedicavam a maior parte de seu tempo a capitalizar essa reputação por meio de sua atuação no campo profissional, enquanto os(as) segundos(as) tocavam o dia a dia da universidade, sendo eventualmente recompensados por essa tarefa por meio de bolsas e de incentivos financeiros oferecidos pela fundação de apoio ao departamento. Em determinado momento, os(as) “acadêmicos(as)” parecem ter se rebelado e assumido as rédeas do programa, buscando dar-lhe uma maior orientação para a pesquisa e, com isso, houve um período de maior abertura à diversidade temática e epistemológica. Para os(as) professores(as) “de mercado”, porém, ao dar espaço para temáticas e abordagens negligenciadas pelo *mainstream* da pesquisa contábil essa rebelião pôs em risco a “fábrica de reputação” que o programa representava, levando-os(as) a rearticular suas forças e reassumirem o controle sobre ele.

Cabe ressaltar que fui tão somente uma testemunha distante desse processo e, por isso, não convém tomar minha interpretação em alta conta – ela serve apenas para contextualizar o que vivenciei como estudante de pós-graduação. Tive a sorte de me encontrar com a pesquisa crítica durante um período de maior pluralidade e pude inclusive cursar disciplinas de teoria crítica e interpretativa em contabilidade e de análise do discurso, oferecidas no programa por professores visitantes. Hoje em dia, porém, eu acredito que seja ainda mais difícil enveredar por esse caminho, já que o *mainstream* parece exercer uma vigilância mais estreita, ainda que não necessariamente explícita, como evidenciam os relatos de outros(as) pesquisadores(as) (cf. Ganz et al., 2019; Lima & Casa Nova, 2020). Paradoxalmente, essa maior dificuldade talvez seja um sintoma do crescimento das abordagens interpretativas e críticas, que podem já estar sendo percebidas como uma ameaça pelos(as) agentes em posição de domínio no campo.

### 3.1 Mecanismos de vigilância do *mainstream*

Para Bourdieu (1976), um campo científico é estruturado pela competição por autoridade científica – espécie de capital simbólico obtida por meio do reconhecimento pelos pares. Como esses pares também competem pelo mesmo capital simbólico, tal autoridade só é reconhecida mediante escrutínio apurado, fazendo com que a busca pela verdade prevaleça sobre a afirmação da verdade dos interesses de cada indivíduo. Desse modo, a vigilância epistemológica tem um papel-chave na constituição de um campo científico, diferenciando-o de outros campos de produção simbólica.

No meu entender, porém, a baixa autonomia do campo científico na contabilidade brasileira em relação ao campo profissional faz com que a vigilância exercida pelo *mainstream* se dê por mecanismos outros que não a vigilância epistemológica. Ela se concretiza mediante uma espécie de acordo tácito pelo qual abordagens interpretativas e críticas limitam-se a temas periféricos no campo, tais como educação e pesquisa, gênero e raça, história, eventualmente contabilidade socioambiental, ou quaisquer outros tópicos que “não sejam contabilidade”. Por outro lado, colocar em questão as alegações de conhecimento da profissão contábil – e, por conseguinte, a agenda comercial da profissão, com a qual muitos(as) acadêmicos(as) mantêm vínculos estreitos – ainda é algo visto como uma heresia grave demais. Assim, críticas às IFRS, às *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas), ao Relato Integrado, ao *Balanced Scorecard* (BSC), ao modelo Gestão Econômica (Gecon), ao Custeio Baseado em Atividades (ABC) ou a qualquer outra tecnologia contábil são praticamente interditas.

Reconheço que identificar determinados temas como periféricos pode reforçar a definição estreita que o *mainstream* promove sobre “o que é contabilidade”, e que ampliar o escopo da disciplina, dando voz a questões e a grupos tradicionalmente marginalizados, por si só é um importante objetivo a ser perseguido pela pesquisa crítica. Todavia, ao apontar a condição periférica desses temas não pretendo fazer um juízo de valor sobre a importância deles, mas, sim, uma alegação de verdade sobre a estrutura do campo científico na contabilidade brasileira, que pode ser empiricamente corroborada pela baixa proporção de tais temas nas publicações da área. Entretanto, mesmo nesses temas usualmente abordados pela incipiente literatura interpretativa e crítica sobre contabilidade no Brasil, parece-me prevalecer um certo cuidado para não confrontar diretamente a profissão contábil. Via de regra, a contabilidade aparece apenas como pano de fundo para investigações sobre educação, gênero, raça, história, etc., e poderia ser facilmente substituída por qualquer outra disciplina correlata. Em síntese, a impressão que tenho é de que essa literatura ainda carrega o espírito de promoção da contabilidade que caracteriza o *iobismo*, carecendo de uma disposição subversiva em relação ao campo profissional.

Outra maneira pela qual o *mainstream* se protege de críticas é por meio do discurso da competência: já ouvi de mais de um interlocutor que as críticas dos(as) “acadêmicos(as)” a professores(as) “de mercado” decorrem da incompetência daqueles(as), que não teriam capacidade de também irem para o mercado – como se todos(as) acadêmicos(as) almejassem transformar a universidade em mero balcão de negócios, colocando seus conhecimentos a serviço das corporações. Além disso, o domínio de métodos quantitativos é retratado como algo que requer habilidades complexas, ao passo que a escolha por métodos qualitativos evidenciaria inabilidade e/ou indolência – certa vez, para criticar a prevalência de métodos qualitativos, recordo-me de ouvir um professor comentar que o problema da área de contabilidade gerencial era só ter “pesquisa de menininha”.

Porém, parece-me que o mais efetivo meio pelo qual o *mainstream* mantém sua hegemonia no campo acadêmico da contabilidade no Brasil é por meio da possibilidade de conversão de capital simbólico em capital econômico, oferecida pelos(as) professores(as) “de mercado”. Pelo menos no programa de pós-graduação que frequentei, acredito que cada vez mais os(as) discentes o veem como um programa de *trainees*, no qual ingressam buscando seguir os passos desses(as) professores(as) para também se tornarem consultores(as), pareceristas, diretores(as), conselheiros(as) de administração, conselheiros(as) fiscais, normatizadores(as), reguladores(as) etc. Ademais, percebo que, devido a uma certa vulgarização da pós-graduação *lato sensu*, os cursos de mestrado em contabilidade têm sido cada vez mais procurados por servidores(as) públicos(as), executivos(as) de médio escalão, gerentes e sócios(as) de firmas de auditoria, todos(as) em busca de credenciais educacionais que os diferenciem profissionalmente, mas sem necessariamente terem a intenção de seguir uma carreira acadêmica. Por outro lado, a expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade na última década parece ter suprido a demanda reprimida por parte de docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, fazendo diminuir a média de idade – e a bagagem – dos(as) doutorandos(as). Pelo conjunto desses fatores, percebo que a maioria dos(as) discentes de pós-graduação não está disposta a questionar, mas, sim, a reafirmar as alegações de conhecimento da profissão contábil. E a minoria que foge a esse padrão ainda precisa lidar com a censura explícita em congressos, consórcios e bancas de qualificação, nos quais o desencorajamento a abordagens críticas não é raro.

Para driblar a vigilância do *mainstream* quando ingressei no doutorado, abri mão de pesquisar sobre regulação contábil, meu principal tema de interesse, e apresentei um projeto na área de educação, que eu percebia ser mais aberta a abordagens de pesquisa alternativas. Entretanto, após me envolver em diversos conflitos durante o curso, à certa altura eu percebi que um a mais não faria diferença. Assim, enquanto colegas usavam camisetas estampadas com “I love IFRS”, eu resolvi que escreveria uma tese crítica sobre o processo de adoção das IFRS no Brasil. Depois de muitos percalços, tive a felicidade de encontrar um orientador que bancou meu projeto e me deu a liberdade necessária para escrever minha tese com a independência de pensamento que a condução de uma pesquisa crítica requer. De todo modo, a “contrarrevolução” que testemunhei ao longo do doutorado, somada a questões de ordem pessoal que enfrentei à época, geraram uma sensação de despertencimento em relação ao campo acadêmico da contabilidade no Brasil, que carrego até hoje. As melhores experiências que tive nesse período foram em disciplinas cursadas em outros programas oferecidos pela universidade, o que contribuiu para ampliar um desinteresse na literatura contábil brasileira que só faz crescer a cada nova programação de congresso e cada nova edição de periódico trazendo mais *n* artigos sobre o impacto de qualquer coisa no preço das ações das companhias abertas listadas na B3, excluídas as do setor financeiro. Olhando em retrospecto, considero um equívoco ter permanecido no mesmo programa, que durante o mestrado já me havia dado tudo de bom que tinha a dar. No doutorado, eu passei a maior parte do tempo querendo não estar lá e só não desisti no meio do caminho porque a bolsa da Capes era minha única fonte de renda.

#### 4. Afinal, o que é Pesquisa “Crítica”?

Segundo Parker e Thomas (2011), “no último meio século, praticamente toda disciplina dentro das ciências sociais no ‘mundo anglófono’ desenvolveu uma ala crítica que afirma que o centro da disciplina é conservador e que mudanças radicais no cânon são necessárias” (p. 420, tradução nossa). Logo, convém perceber que a pesquisa crítica surge a partir de disputas simbólicas no campo acadêmico, e que a autoatribuição da denominação “crítica” é, por si só, uma ferramenta empregada nessas disputas, trazendo implicitamente consigo a alegação de que o centro ou *mainstream* produz pesquisas “acríticas” – algo que talvez seja incoerente com o próprio conceito de “pesquisa”.

Além disso, a usual definição da pesquisa crítica como contraponto ao *mainstream* pode sugerir uma enganosa noção de unidade: definindo-a pelo que ela não é, corre-se o risco de se mascarar a diversidade de abordagens que a pesquisa crítica comporta, as quais não raramente acabam sendo contraditórias entre si. Segundo Morales e Sponem (2017), “a contabilidade crítica é um terreno contestado, marcado mais por divisões e discordâncias do que por consenso e harmonia” (p. 150, tradução nossa). Assim, as polêmicas entre as diferentes tradições teóricas abrangidas pela pesquisa crítica podem ser tão ou mais acirradas do que em relação ao *mainstream*, conforme evidenciam, na pesquisa contábil internacional, as críticas marxistas ao pós-modernismo (cf. Arnold, 1998; Cooper, 1997) e o debate entre marxistas e foucaultianos(as) que atingiu, em determinado momento, considerável grau de animosidade (cf. ARMSTRONG, 1994; GREY, 1994; HOSKIN, 1994; NEIMARK, 1990, 1994).

Então, o que distingue a pesquisa crítica em relação a outras abordagens de pesquisa? Muitos(as) autores(as) já se propuseram a árdua tarefa de definir o que é pesquisa crítica, e o(a) leitor(a) certamente terá grande proveito ao consultar Burrell e Morgan (1979), Chua (1986a), Crotty (1998), Fournier e Grey (2000), Prasad (2005), Gendron (2018), dentre outros(as). Na construção de minha identidade como pesquisador até o momento, entendo como um dos elementos característicos da pesquisa crítica a rejeição epistemológica ao objetivismo, ou seja, à suposição tipicamente positivista de que a mente pode obter um acesso direto, pela percepção, à realidade tal qual ela é (Japiassú & Marcondes, 2001). Em vez disso, a pesquisa crítica assenta-se no construtivismo, isto é, a premissa de que no processo de conhecimento o objeto não é um “dado” imediatamente percebido pela experiência empírica, mas, sim, um constructo oriundo da relação dialética entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido (Japiassú & Marcondes, 2001).

Contudo, considero que a dimensão epistemológica não é suficiente para caracterizar a pesquisa crítica, já que o interpretativismo também compartilha de premissas construtivistas. Porém, a pesquisa crítica se diferencia do interpretativismo na dimensão axiológica, pois rejeita a neutralidade como valor norteador do fazer científico em prol do comprometimento com alguma noção de justiça social, buscando promover mudanças que a incrementem. Nos termos de Prasad (2005),

as tradições críticas são simultaneamente comprometidas tanto com a crítica e com a mudança. Uma sem a outra não é considerada muito significativa. Assim, as tradições críticas rompem bastante definitivamente com as posições de distanciamento científico e semineutralidade adotadas por muitos outros posicionamentos intelectuais. (p. 109, tradução nossa).

Ainda assim, por partilharem de bases epistemológicas semelhantes, distinguir entre o interpretativismo e a pesquisa crítica pode ser difícil em termos práticos, e os limites entre ambas abordagens frequentemente se confundem (Gendron, 2018). Portanto, embora eu confesse um certo desconforto ante a possibilidade de ser associado à postura fundamentalmente contemplativa da pesquisa interpretativa, considero que a reunião de estudos críticos e interpretativos sob um único “guarda-chuva” possui méritos de ordem pragmática, sobretudo em razão da incipiência de ambas as abordagens na pesquisa contábil brasileira.

Por outro lado, a frequente descrição de ambas as abordagens como “estudos qualitativos” parece bastante problemática. Primeiro, porque pode sugerir um entendimento de que a pesquisa crítica implica necessariamente no emprego de métodos qualitativos, e embora eu concorde que as premissas epistemológicas da pesquisa crítica os favoreçam, os métodos quantitativos também podem contribuir de maneira relevante para a pesquisa crítica, conforme discutido por Everett et al. (2015) e evidenciado por trabalhos como os de Shaoul (1997, 2005). Segundo, porque pode sugerir um entendimento de que pesquisas qualitativas necessariamente sejam interpretativas ou críticas, ignorando aquilo que Prasad (2005) descreve como *positivismo qualitativo*, ou seja, o emprego de métodos não quantitativos de coleta de dados, tais como entrevistas e observações, sob premissas positivistas convencionais a respeito da natureza da realidade social e da produção de conhecimento. Nesse sentido, Crotty (1998) afirma que

é possível que um trabalho quantitativo seja oferecido de forma não positivista. Por outro lado, há muito espaço para a pesquisa qualitativa ser entendida positivisticamente ou situada em um cenário generalizadamente positivista e, portanto, até mesmo para autodeclarados(as) pesquisadores(as) qualitativos(as) serem bastante positivistas em orientação e propósito. Quando os(as) investigadores(as) falam, como frequentemente fazem, em explorar significados por meio de métodos qualitativos e depois “confirmar” ou “validar” suas descobertas por meio de um estudo quantitativo, eles(as) estão privilegiando os últimos de uma maneira completamente positivista. O que transforma seu estudo em um trabalho positivista não é o uso de métodos quantitativos, mas a atribuição de objetividade, validade e generalizabilidade a descobertas quantitativas. (p. 41, tradução nossa).

Fournier e Grey (2000) observam que o *mainstream* raramente defende e argumenta em prol do positivismo, simplesmente assumindo-o sem quaisquer reflexões epistemológicas e ontológicas explícitas, restringindo as discussões sobre metodologia a questões de métodos e de técnicas estatísticas. Por isso, mesmo ciente de que determinados(as) autores(as) empregam a expressão “pesquisa qualitativa” para se referir a pesquisas interpretativas e críticas (e.g., Denzin & Lincoln, 2011; Prasad, 2005), considero que essa elisão de significados promove uma compreensão superficial, típica do *mainstream*, utilizando tão somente os métodos escolhidos como critério de distinção entre diferentes abordagens de pesquisa, e passando ao largo dos pressupostos epistemológicos que embasam tais escolhas. Além disso, em termos pragmáticos eu temo que uma demarcação frouxa de limites abra espaço para a influência do positivismo qualitativo referido por Prasad (2005), sobretudo nos processos de avaliação de manuscritos, dando margem a demandas por “triangulação”, “protocolo”, “redução de viés” ou qualquer outra forma que a premissa da objetividade assuma, o que dificultaria ainda mais a consolidação de uma comunidade de pesquisadores(as) interpretativos(as) e críticos(as) em contabilidade no Brasil.

Todavia, mesmo em face dos obstáculos encontrados no campo acadêmico da contabilidade brasileira, pode-se perceber a emergência de uma comunidade de pesquisadores(as) que se reivindicam como críticos(as). Porém, para que efetivamente mereça o epíteto de “crítica”, entendo que essa incipiente comunidade precisa superar algumas fragilidades internas, dentre as quais a que mais me incomoda é a aparente falta de disposição para confrontar o *mainstream*. Enquanto na literatura anglófona o questionamento ao *mainstream* é um dos pilares da pesquisa crítica em contabilidade (e.g., Baker & Bettner, 1997; Fogarty, 2011; Lee, 1999; Reiter & Williams, 2002; Tinker et al., 1982), no Brasil costumo deparar-me com uma interdição a esse tipo de debate. Sob o argumento de que “só existem dois tipos de pesquisa: a boa e a ruim”, questionamentos epistemológicos ao *mainstream* são rejeitados *a priori*, como se a crítica denotasse por si só uma tentativa de cerceamento ao pensamento divergente. E o curioso é que esse argumento costuma ser empregado pela própria comunidade de pesquisadores(as) críticos(as), o que evidencia disposições conciliatórias – tenho a impressão de que a adesão ao acordo tácito ao qual me referi na seção 3, pelo qual abordagens interpretativas e críticas limitam-se a temas periféricos no campo, é, em grande parte, voluntária, denotando uma busca por uma zona de conforto que minimize os riscos inerentes à adoção de estratégias de contestação no campo científico. Em resumo, em vez de adotarem estratégias de subversão das regras de legitimação da autoridade científica, parece-me que muitos(as) dos(as) pesquisadores(as) críticos(as) brasileiros(as) buscam seguir estratégias de sucessão, almejando obter reconhecimento por parte dos(as) agentes em posição dominante no campo da contabilidade ou, ao menos, chegar a uma situação de “coexistência pacífica” com eles(as), algo do tipo: “você não questiona o que nós fazemos, que a gente não questiona o que vocês fazem!”

Entretanto, essa interdição ao questionamento não se restringe ao *mainstream*. Paradoxalmente, tenho a impressão de que nos poucos espaços críticos estabelecidos em nossa comunidade acadêmica a crítica não é bem-vinda. Em contraste ao cenário de disciplinas com tradições críticas consolidadas, que são marcadas por polêmicas internas (e.g., Alcadipani, 2005; Faria, 2005; Misoczky & Amantino-de-Andrade, 2005a, 2005b), a meu ver os incipientes espaços da comunidade crítica em contabilidade no Brasil se caracterizam pela falta de tensão intelectual, prevalecendo o apoio mútuo, as congratulações e os incentivos, enquanto críticas são tratadas como frutos de uma incompreensão epistemológica. Aqui, parece-me prevalecer aquela máxima de que “gato escaldado tem medo de água fria”, já que uma maneira recorrente pela qual o *mainstream* mantém sua hegemonia no campo acadêmico é por meio da utilização de critérios de qualidade positivistas para avaliar pesquisas interpretativas e críticas (Baker & Bettner, 1997; Chua, 1996), o que muitas vezes se associa ao discurso da competência. Assim, quando finalmente encontram espaços receptivos à pesquisa interpretativa e crítica, tenho a impressão de que os(as) pesquisadores(as) costumam manter a postura defensiva adotada nos ambientes dominados pelo *mainstream*, onde estão habituados(as) a terem sua competência posta em dúvida por não se adaptarem a preceitos positivistas. Contudo, o fato de que pesquisas interpretativas e críticas não se coadunam a critérios de qualidade positivistas não significa que elas não devam observar quaisquer critérios de qualidade. Conforme Prasad (2005),

a ausência de embasamento teórico, a falta de um foco teoricamente dirigido, a incapacidade de desenvolver metodologias cuidadosas e bem estruturadas e o desconhecimento das premissas fundamentais que sustentam o trabalho de campo têm maior probabilidade de resultar em um trabalho mais próximo de uma forma surrada e pedestre de jornalismo. Tais estudos podem fazer pouco mais que relatar e categorizar os resultados de entrevistas e observações. É provável que eles produzam “traduções literais” [...] de situações empíricas que são descrições relativamente simplistas e não surpreendentes de processos sociais. (p. 5-6, tradução nossa).

Outra dificuldade a ser superada para a consolidação dessa comunidade é que, ao contrário da típica ênfase do positivismo aos métodos, a pesquisa crítica enfatiza a teoria, requerendo um aprofundamento em referenciais que muitas vezes soam ininteligíveis a não iniciados – não dá para simplesmente empregar a teoria da agência em toda e qualquer questão de pesquisa. Porém, devido ao caráter tipicamente instrumental do ensino de contabilidade, percebo que a maioria dos(as) egressos(as) da graduação em ciências contábeis teve muito pouco contato prévio com os referenciais teóricos comumente empregados na pesquisa crítica. Assim, a decisão de seguir uma linha crítica de pesquisa em contabilidade costuma requerer dos(as) pós-graduandos(as) um investimento extra na já elevada carga de estudos, principalmente nos programas com alta carga horária de disciplinas obrigatórias, nas quais raramente são incluídos tópicos relacionados à pesquisa crítica. Nesse sentido, é interessante perceber que muitos(as) dos(as) pesquisadores(as) que vêm liderando a constituição dessa comunidade de pesquisa interpretativa e crítica em contabilidade no Brasil têm formação em outras áreas, tal como ocorreu no Reino Unido durante os anos 1980 (Gendron & Baker, 2001).

Por fim, o impacto social é um objetivo que precisa estar no horizonte de qualquer comunidade de pesquisa crítica que se pretenda como tal. Na literatura anglófona, as possibilidades de intervenção social da pesquisa crítica em contabilidade já foram discutidas por Sikka, Willmott e Puxty (1995), Neu, Cooper e Everett (2001), Cooper (2002), Cooper e Coulson (2014), dentre outros(as). Dada a incipiência da comunidade brasileira, penso ser pouco factível almejar que a pesquisa crítica em contabilidade venha a ter grandes impactos sociais em um futuro próximo, mas é preciso trabalhar para que isso aconteça. A meu ver, é necessário buscar principalmente um engajamento no debate público: considerando a desenvoltura com que certos(as) adeptos(as) do *mainstream* desempenham o papel de ideólogos(as) e tecnocratas a serviço do capital financeiro, precisamos nos habilitar a, no mínimo, oferecer-lhes um contraponto. Outra arena importante que precisamos disputar é a própria educação, fazendo com que nossas pesquisas cheguem à sala de aula e ofereçam aos(as) estudantes algo além da visão simplória de “informação útil para tomada de decisões”, mostrando que a contabilidade é uma prática social imbricada nas diversas relações de poder em nossa sociedade.

## 5. Mas e como é ser “crítico”?

Conforme relatado na Seção 3, quando comecei a expor as ideias com as quais vinha tendo contato por meio da literatura crítica internacional, deparei-me com a censura de colegas alertando-me que eu nunca conseguiria publicar algo semelhante no Brasil. Além disso, por vezes, eu também ouvi colegas que, demonstrando algum interesse pela pesquisa crítica, diziam que seriam “livres” quando concluíssem o doutorado, e então passariam a publicar o que quisessem. Para estes(as), “onde é que eu vou publicar?” era uma inquietação que justificava sua relutância em se engajar com a pesquisa crítica, e até hoje, depois de formados(as), ainda não quiseram – ou não conseguiram – começar a publicar pesquisas críticas em contabilidade.

Gendron (2008) argumenta que as práticas de mensuração de desempenho e de ranqueamento de periódicos, ao direcionarem a atenção coletiva ao número de publicações dos(as) pesquisadores(as) e ao fator de impacto dos periódicos como medidas de valor, contribuem para consolidar uma tendência à superficialidade e à conformidade no ambiente acadêmico contemporâneo, tornando a publicação de artigos heterodoxos uma atividade de risco. Nesse sentido, Moizer (2009) alega que o processo de publicação nas ciências sociais evoluiu para um jogo entre autores(as), revisores(as), editores(as) e burocratas, no qual se adota o critério simplista de que pesquisadores(as) de qualidade publicam em periódicos de qualidade – com isso, o propósito original de publicar para avançar o conhecimento de uma disciplina parece ter se perdido em meio a esse jogo. Malsch e Tessier (2015), por sua vez, embora reconheçam que os ranqueamentos de periódicos representam uma ameaça à diversidade da pesquisa contábil, relatam terem se engajado politicamente no questionamento às práticas de ranqueamento adotadas na instituição onde atuavam, demonstrando ser possível resistir ativamente às tendências de conformidade e conservadorismo intelectual ensejadas por elas.

De minha parte, ao defrontar-me com os chamados à conformidade por parte dos(as) colegas à época do mestrado, busquei no engajamento com a própria cultura do “publique ou pereça” uma maneira de contestá-la e passei a me esforçar para demonstrar o equívoco dos conselhos/censuras que eu recebia – afinal, como destaca Bourdieu (1976), a promoção de rupturas em um campo científico requer engajamento com o próprio campo e sua lógica específica. Aqui, penso que minha trajetória escolar progressiva, durante a qual sempre tive um desempenho de ponta, forjou um *habitus* caracterizado pela autoconfiança – eventualmente excessiva – em minha capacidade de provar que meus(minhas) colegas estavam errados(as) e eu estava certo. Nesse sentido, Gendron (2018) afirma que “ser crítico(a) implica um endosso, e mesmo uma incorporação de uma posição epistemológica de ir contra a multidão” (p. 2, tradução nossa). Fato é que desde então venho obtendo relativo êxito em meus esforços de publicação e acredito que a principal razão para isso seja a prática, pois desde os primeiros momentos em que me encontrei com a pesquisa crítica passei a escrever artigos e a submetê-los a congressos e periódicos, sem ficar esperando “ter meu título de doutor” para começar.

Para superar as resistências do *mainstream* durante os processos de publicação, minha principal estratégia é investir pesado na fundamentação teórica: quase todos meus artigos têm mais referências do que eu considerava necessário para fundamentá-los adequadamente. Outra estratégia bem-sucedida que passei a adotar foi escrever em inglês: em congressos, minha experiência é de que isso é praticamente uma garantia de aprovação, e por mais “radical” que seja o conteúdo, as avaliações são sempre positivas. Minha percepção é de que ambas as estratégias me permitem demonstrar proficiência, superando as restrições impostas pelo *mainstream* por meio do discurso da competência. Já nas revisões de periódicos, algumas vezes foi preciso “comprar briga” com um(a) dos(as) avaliadores(as). Nos artigos com os quais passei por isso, eu empregava a análise do discurso, e no processo de revisão eu utilizei a própria análise do discurso para “avaliar o(a) avaliador(a)” e desconstruir seus argumentos. Todavia, a adoção dessa estratégia requer muito cuidado, e nem sempre funciona: já tive artigos rejeitados sumariamente no *desk review*, e um que foi rejeitado após cinco rodadas de revisão, mas nem por isso eu desisti de publicá-los.

E também acabei aprendendo a escolher mais cuidadosamente um periódico adequado: este artigo, rejeitado após cinco rodadas, por exemplo, havia sido submetido a um periódico que, apesar do escopo alegadamente multiparadigmático, em duas décadas jamais publicou um único artigo crítico sequer. Durante todo o processo de revisão, um(a) avaliador(a) insistiu para que eu adotasse um tom mais “neutro”, até o ponto em que eu senti que o artigo ficaria descaracterizado e me recusei a efetuar novas alterações. Na sequência, submeti a última versão desse manuscrito a um periódico da área de estudos organizacionais, e praticamente todas as críticas que recebi dos(as) avaliadores(as) eram pela ausência de elementos que constavam na versão original. Na segunda rodada, submeti uma versão que era praticamente igual àquela inicialmente submetida ao periódico anterior, e o artigo foi aprovado. Com isso, aprendi que não é preciso me limitar ao campo acadêmico da contabilidade; na administração, por exemplo, os estudos organizacionais estão consolidados no Brasil há décadas, e muitas vezes é mais fácil convencer os(as) revisores(as) dessa área de que a contabilidade pode ser um tópico interessante do que superar a resistência dos(as) revisores(as) da área de contabilidade à pesquisa crítica. Minhas recentes iniciativas de direcionar minha produção para periódicos da área de estudos organizacionais têm propiciado processos de revisão mais gratificantes, que sinto estarem efetivamente contribuindo para meu desenvolvimento como pesquisador.

Em sala de aula, durante o doutorado, eu passei a confrontar abertamente as premissas do *mainstream*, construindo uma *persona* contestadora que refletia minha crescente insatisfação com o curso à época e, por extensão, com o campo acadêmico da contabilidade no Brasil. Olhando em retrospecto, acredito que isso pouco agregou à minha formação, e acabou se convertendo em apatia e indiferença nas últimas disciplinas que cursei no programa. Na qualificação e na defesa de minha tese, recorri à ajuda dos poucos simpatizantes com quem eu contava na estrutura de poder do programa para assegurar a ausência de adeptos do *mainstream* nas bancas, evitando a criação de mais transtornos além daqueles que eu já causara ao longo de minha trajetória – e suspeito que isso só funcionou porque havia uma consciência generalizada de que se fosse preciso brigar pela minha tese, eu brigaria. Em congressos, penso que consegui adaptar essa *persona* contestadora de uma maneira um pouco mais produtiva: minha estratégia era demarcar espaço nas palestras e sessões que eu frequentava, fazendo perguntas com o intuito de tirar os(as) interlocutores(as) de suas zonas de conforto. Adotando esse tipo de postura, eu partia para a ofensiva diante do *mainstream* e nunca tive de lidar com censura explícita às abordagens críticas que eu propunha. Todavia, com o tempo, eu também me cansei dessa necessidade de estar sempre em combate, o que, somado a meu desinteresse completo pelo *mainstream*, fez com que, por ora, eu tenha simplesmente deixado de frequentar congressos de contabilidade no Brasil.

## 6. Considerações Finais

Haynes (2006) aponta que o modelo de narrativa autobiográfica dominante na cultura popular se caracteriza por um relato linear, cronológico, progressivo, cumulativo e individualista de uma trajetória de vida com início problemático, durante a qual os obstáculos são superados e o verdadeiro eu se atualiza ou se revela. Porém, fugindo um pouco desse roteiro, a narrativa apresentada neste artigo se encerra em tom melancólico. Se é verdade que eu consegui me tornar um pesquisador crítico, e superei as barreiras do “você jamais conseguirá publicar algo do tipo” que me eram apontadas no início de minha trajetória na pós-graduação, também é verdade que essa jornada me trouxe mais dissabores do que satisfação. Enquanto muitos(as) pesquisadores(as) são demovidos de se engajarem com a pesquisa crítica por meio dos mecanismos de vigilância do *mainstream*, eu acabei desenvolvendo um senso de despertecimento que me tem levado a evitar o engajamento com o campo acadêmico da contabilidade no Brasil como um todo.

Assim, ainda que por meios distintos, também enfrento um processo de marginalização comum aos(às) ingressantes que adotam estratégias de subversão no campo científico – atualmente o que mais me orgulha em minha trajetória acadêmica é não ter sido cooptado pelo *mainstream*. Em linha com Bourdieu (1977), entendo que acabei fazendo da necessidade uma virtude, já que minhas condições objetivas de vida antes de ingressar na pós-graduação fizeram com que eu jamais tenha aspirado a me tornar um ideólogo do rentismo e da especulação financeira – e eu detestaria se isso tivesse ocorrido. Desse modo, o relato apresentado neste artigo evidencia que o processo pelo qual me tornei um pesquisador crítico foi motivado pela incompatibilidade entre meu *habitus* prévio e as condições com que me deparei no campo acadêmico da contabilidade no Brasil, e o que conheço da trajetória de outros(as) pesquisadores(as) críticos(as) me leva a crer que este seja um ponto em comum. Por isso, este artigo não tem o intuito de encorajar novos(as) pesquisadores(as) a se engajarem com a pesquisa crítica, pois penso que a disposição para este engajamento antecede o ingresso no campo acadêmico. Em vez disso, espero que meu relato sirva de alerta para os percalços que esse caminho poderá apresentar a quem se dispuser a trilhá-lo.

A emergência de uma comunidade brasileira de pesquisadores(as) críticos(as), ainda que incipiente, pode contribuir para que menos pesquisadores(as) se percam no meio desse caminho. No entanto, conforme expus ao longo do texto, tenho a impressão de que até o momento essa comunidade vem buscando se estabelecer dentro de limites negociados com o *mainstream*, faltando-lhe um maior ímpeto para promover rupturas dentro do campo científico e na relação deste com o campo profissional da contabilidade. Todavia, como entendo que a falta de autonomia em relação ao campo profissional é a principal característica do campo acadêmico na contabilidade brasileira, parece-me ingênuo esperar que abordagens que ponham em questão os interesses comerciais da profissão contábil venham a obter aceitação em espaços controlados pelo *mainstream*. Em vez disso, considero haver um risco de que essa emergente comunidade de pesquisadores(as) críticos(as) contribua tão somente para reforçar a legitimidade do *mainstream*, conferindo uma falsa aparência de diversidade a eventos, periódicos, programas de pós-graduação e outros espaços cuja função precípua é incrementar o capital simbólico de acadêmicos(as) que almejam convertê-lo em capital econômico. Para que efetivamente consigamos consolidar uma comunidade crítica que faça jus a essa denominação, penso que o melhor caminho seja espelhar-nos em disciplinas correlatas, como a administração e a economia, ou mesmo no exemplo da contabilidade no contexto anglófono, promovendo uma ruptura mais radical com o *mainstream* e constituindo espaços autônomos de produção e disseminação de conhecimento.

## Referências

- Alcadipani, R. (2005). Réplica: a singularização do plural. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), pp.211–220. Doi: 10.1590/S1415-65552005000100011
- Andrew, J., Cooper, C., & Gendron, Y. (2021). *Open Letter*. Recuperado de: [https://arc.eaa-online.org/sites/default/files/letter\\_from\\_the\\_editors\\_of\\_critical\\_perspectives\\_on\\_accounting\\_-\\_leicester\\_university3.pdf](https://arc.eaa-online.org/sites/default/files/letter_from_the_editors_of_critical_perspectives_on_accounting_-_leicester_university3.pdf)
- Armstrong, P. (1994). The Influence of Michel Foucault on Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*, 5(1), pp. 25–55. Doi: 10.1006/cpac.1994.1003
- Arnold, P. (1998). The limits of postmodernism in accounting history: The Decatur experience. *Accounting, Organizations and Society*, 23(7), pp. 665–684. Doi: 10.1016/S0361-3682(97)00021-4
- Baker, C. R., & Bettner, M. S. (1997). Interpretive and Critical Research in Accounting: A Commentary on Its Absence from Mainstream Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*, 8(4), pp. 293–310. Doi: 10.1006/cpac.1996.0116
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 2(2), pp. 88–104. Doi: 10.3406/arss.1976.3454
- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice* (R. Nice (Trans.)). Cambridge University Press. Cambridge, U.K.
- Bourdieu, P. (1980). *Le Sens Pratique*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo Academicus*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1991). The peculiar history of scientific reason. *Sociological Forum*, 6(1), pp. 3–26. Doi: 10.1007/BF01112725
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia* (M. S. Pereira (Trad.)). Fim de Século.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. University of Chicago Press.
- Bryer, R. A. (2006). Accounting and control of the labour process. *Critical Perspectives on Accounting*, 17(5), pp. 551–598. Doi: 10.1016/j.cpa.2003.06.010

- Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., Hughes, J., & Nahapiet, J. (1980). The roles of accounting in organizations and society. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), pp. 5–27. Doi: 10.1016/0361-3682(80)90017-3
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organisational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. Ashgate.
- Casa Nova, S. P. de C. (2012). Impactos de Mestrados Especiais em Contabilidade na trajetória de seus egressos: um olhar especial para gênero. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 4(3), pp. 37–62. Doi: 10.5380/rcc.v4i3.29952
- Chiapello, E. (2007). Accounting and the birth of the notion of capitalism. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(3), pp. 263–296. Doi: 10.1016/j.cpa.2005.11.012
- Chua, W. F. (1986a). Radical Developments in Accounting Thought. *The Accounting Review*, 61(4), pp. 601–632. Doi: 10.1016/b978-008044725-4/50009-6
- Chua, W. F. (1986b). Theoretical constructions of and by the real. *Accounting, Organizations and Society*, 11(6), pp. 583–598. Doi: 10.1016/0361-3682(86)90037-1
- Chua, W. F. (1996). Teaching and Learning only the Language of Numbers: Monolingualism in a Multilingual World. *Critical Perspectives on Accounting*, 7(1), pp. 129–156. Doi: 10.1006/cpac.1996.0019
- Cooper, C. (1997). Against postmodernism: class oriented questions for critical accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 8(1–2), pp. 15–41. Doi: 10.1006/cpac.1996.0086
- Cooper, C. (2002). Critical accounting in scotland. *Critical Perspectives on Accounting*, 13(4), pp. 451–462. Doi: 10.1006/cpac.2002.0544
- Cooper, C., & Coulson, A. B. (2014). Accounting activism and Bourdieu's 'collective intellectual' – Reflections on the ICL Case. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), pp. 237–254. Doi: 10.1016/j.cpa.2013.01.002
- Crotty, M. (1ª Ed.)(1998). *The Foundations of Social Research*. Allen & Unwin.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4th ed.). Sage.
- Everett, J., Neu, D., Rahaman, A. S., & Maharaj, G. (2015). Praxis, Doxa and research methods: Reconsidering critical accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 32, pp. 37–44. Doi: 10.1016/j.cpa.2015.04.004
- Faria, A. (2005). Réplica: ampliando questionamentos sobre crítica em administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), pp. 221–236. Doi: 10.1590/S1415-65552005000100012
- Fogarty, T. J. (2011). The Social Construction of Research Advice: The American Accounting Association Plays Miss Lonelyhearts. *Accounting and the Public Interest*, 11(1), pp. 32–51. Doi: 10.2308/apin-10072
- Fournier, V., & Grey, C. (2000). At the Critical Moment: Conditions and Prospects for Critical Management Studies. *Human Relations*, 53(1), pp. 7–32. Doi: 10.1177/0018726700531002
- Ganz, A. C. S., Lima, J. P. R., & Juçara Haveroth. (2019). Velhos Problemas, Novos Olhares: Etnografia sobre a Experiência de Futuros Doutores em Contabilidade. *XIX USP International Conference in Accounting*.
- Gendron, Y. (2008). Constituting the academic performer: The spectre of superficiality and stagnation in academia. In *European Accounting Review* (Vol. 17, Issue 1). Doi: 10.1080/09638180701705973
- Gendron, Y. (2018). On the elusive nature of critical (accounting) research. *Critical Perspectives on Accounting*, 50, pp. 1–12. Doi: 10.1016/j.cpa.2017.11.001
- Gendron, Y., & Baker, C. R. (2001). Par-delà les frontières disciplinaires et linguistiques : l'influence des penseurs français sur la recherche en comptabilité. *Comptabilité - Contrôle - Audit*, 7(2), 5. Doi: 10.3917/cca.072.0005
- Grey, C. (1994). Debating Foucault: A Critical reply to Neimark. *Critical Perspectives on Accounting*, 5(1), pp. 5–24. Doi: 10.1006/cpac.1994.1002
- Haynes, K. (2006). Linking narrative and identity construction: using autobiography in accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, 17(4), pp. 399–418. Doi: 10.1016/j.cpa.2004.08.005

- Hendriksen, E., & Van Breda, M. (2007). *Teoria da contabilidade*. Atlas.
- Hoskin, K. (1994). Boxing Clever: For, against and beyond Foucault in the Battle for Accounting Theory. *Critical Perspectives on Accounting*, 5(1), pp. 57–85. Doi: 10.1006/cpac.1994.1004
- Japiassú, H., & Marcondes, D. (2001). *Dicionário básico de filosofia* (3a ed.). Jorge Zahar.
- Kaidonis, M. a. (2009). Critical accounting as an epistemic community: Hegemony, resistance and identity. *Accounting Forum*, 33(4), pp. 290–297. Doi: 10.1016/j.accfor.2009.09.001
- Lee, T. A. (1999). Anatomy of a professional elite: The executive committee of the American accounting association 1916-1996. *Critical Perspectives on Accounting*, 10(2), pp. 247–264. Doi: 10.1006/cpac.1998.0229
- Lima, J. P. R., & Casa Nova, S. P. C. (2020). “The skin I am in”: reflections from non mainstream researchers in Accounting. *VII Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho - EnGPR 2020*.
- Malsch, B., & Tessier, S. (2015). Journal ranking effects on junior academics: Identity fragmentation and politicization. *Critical Perspectives on Accounting*, 26, pp. 84–98. Doi: 10.1016/j.cpa.2014.02.006
- Martins, E. A. (2012). *Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi:10.11606/T.12.2012.tde-14022013-171839.
- Misoczky, M. C., & Amantino-de-Andrade, J. (2005a). Tréplica: quem tem medo do fazer acadêmico enquanto práxis? *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), pp. 237–243. Doi: 10.1590/S1415-65552005000100013
- Misoczky, M. C., & Amantino-de-Andrade, J. (2005b). Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), pp. 193–210. Doi: 10.1590/S1415-65552005000100010
- Moizer, P. (2009). Publishing in accounting journals: A fair game? *Accounting, Organizations and Society*, 34(2), pp. 285–304. Doi: 10.1016/j.aos.2008.08.003
- Morales, J., & Sponem, S. (2017). You too can have a critical perspective! 25 years of Critical Perspectives on Accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 43(1), pp. 149–166. Doi: 10.1016/j.cpa.2016.09.003
- Neimark, M. (1990). The king is dead. Long live the king! *Critical Perspectives on Accounting*, 1(1), pp. 103–114. Doi: 10.1016/1045-2354(90)01010-3
- Neimark, M. K. (1994). Regicide Revisited: Marx, Foucault and Accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 5(1), pp. 87–108. Doi: 10.1006/cpac.1994.1005
- Neu, D., Cooper, D., & Everett, J. (2001). Critical Accounting Interventions. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(6), pp. 735–762. Doi: 10.1006/cpac.2001.0479
- Nganga, C. S. N. (2019). *Abrindo caminhos: a construção das identidades docentes de mulheres pelas trilhas, pontes e muros da pós-graduação em Contabilidade*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi:10.11606/T.12.2019.tde-14082019-155635.
- Ogden, S., & Bougen, P. (1985). A radical perspective on the disclosure of accounting information to trade unions. *Accounting, Organizations and Society*, 10(2), pp. 211–224. Doi: 10.1016/0361-3682(85)90017-0
- Oguri, T. (2005). Functions of accounting and accounting regulation: alternative perspectives based on Marxian economics. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(2), pp. 77–94. Doi: 10.1016/S1045-2354(03)00033-9
- Panozzo, F. (1997). The making of the good academic accountant. *Accounting, Organizations and Society*, 22(5), pp. 447–480. Doi: 10.1016/S0361-3682(96)00043-8
- Parker, M., & Thomas, R. (2011). What is a critical journal? *Organization*, 18(4), pp. 419–427. Doi: 10.1177/1350508411403535

- Prasad, P. (2005). *Crafting Qualitative Research: working in the postpositivist traditions*. M.E. Sharpe.
- Reiter, S. A., & Williams, P. F. (2002). The structure and progressivity of accounting research: the crisis in the academy revisited. *Accounting, Organizations and Society*, 27(6), pp. 575–607. Doi: 10.1016/S0361-3682(01)00050-2
- Shaoul, J. (1997). A Critical Financial Analysis of the Performance of Privatised Industries: The Case of the Water Industry in England and Wales. *Critical Perspectives on Accounting*, 8(5), pp. 479–505. Doi: 10.1006/cpac.1996.0118
- Shaoul, J. (2005). A critical financial analysis of the Private Finance Initiative: selecting a financing method or allocating economic wealth? *Critical Perspectives on Accounting*, 16(4), pp. 441–471. Doi: 10.1016/j.cpa.2003.06.001
- Sikka, P., Willmott, H., & Puxty, T. (1995). The mountains are still there: Accounting academics and the bearings of intellectuals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(3), pp. 113–140. Doi: 10.1108/09513579510094723
- Thompson, J. B. (1991). Editor's Introduction. In P. Bourdieu, *Language and Symbolic Power*, pp. 1–31. Polity.
- Tinker, A. M., Merino, B. D., & Neimark, M. D. (1982). The normative origins of positive theories: Ideology and accounting thought. *Accounting, Organizations and Society*, 7(2), pp. 167–200. Doi: 10.1016/0361-3682(82)90019-8
- Young, J. J. (2006). Making up users. *Accounting, Organizations and Society*, 31(6), pp. 579–600. Doi: 10.1016/j.aos.2005.12.005